

LEI Nº 2966 /2016, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

Aprova o Plano Municipal de Cultura.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO: Faço Saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura (PMC), constante do documento anexo desta Lei, com duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, o Município deverá, com base no Plano Municipal de Cultura, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º O Poder Legislativo, por intermédio das comissões afins, acompanhará a execução do Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º O Município, através do Conselho Municipal de Cultura, acompanhará e opinará sobre a execução e implementação de projetos ou programas estratégicos programados pela Secretaria da Cultura.

Art. 5º Cabe ao Conselho Municipal de Cultura coordenar o processo de avaliação e revisão do Plano Municipal de Cultura, a cada 2 (dois) anos.

Art. 6º O Plano Plurianual do Município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Cultura e dos respectivos planos decenais.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, aos 29 dias do mês de agosto do ano de 2016.

LUIS LAUERMANN

Prefeito Municipal

ROSANE INES DOS SANTOS DE MOURA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE NOVO HAMBURGO

* texto elaborado durante o segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. ONDE ESTAMOS?

1.1 - Como é Novo Hamburgo?

- a) Aspectos Físicos
- b) Aspectos Demográficos
- c) Aspectos Econômicos
- d) Aspectos Sociais
- e) Aspectos Político-Institucionais
- 1.2 - Quem Somos? Diagnóstico Cultural
- a) Das Origens ao Presente
- b) Gestão Pública da Cultura
- c) Instrumentos Legais
- d) Fontes de Financiamento
- e) Calendário Cultural
- f) Mapa Cultural
- 2. ONDE QUEREMOS CHEGAR? E COMO FAREMOS?
- 2.1 - Patrimônio Cultural
- 2.2 - Equipamentos Culturais
- 2.3 - Calendário Cultural
- 2.4 - Mapa Cultural
- 2.5 - Lei Municipal da Cultura Viva
- 2.6 - Gestão Pública da Cultura
- 2.6.1 - Sugestão de Organograma para a Secult
- 2.7 - Instrumentos Legais
- 2.8 - Fontes de Financiamento
- 2.9 - Economia da Cultura
- 2.10 - Diretrizes e Prioridades
- 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

INTRODUÇÃO

Novo Hamburgo já possui o seu Fundo Municipal de Cultura. Já possui, também, o seu Conselho Municipal de Política Cultural. Desse modo, através da criação de um Plano Municipal de Cultura - consubstanciado na presente proposta -, a cidade passa a reunir condições de ingressar de forma plena no Sistema Nacional de Cultura, capacitando-se à inscrição em projetos e à consequente possibilidade de recebimento de verbas federais para o setor.

Dividido em duas grandes partes - onde estamos e onde queremos chegar -, o presente texto apresenta o Plano Municipal de Cultura de Novo Hamburgo, verdadeira carta de princípios e intenções, que busca realizar um diagnóstico da realidade cultural de nossa cidade e projetá-la em direção aos próximos dez anos.

Trata-se de um plano simples e factível, possível de ser realizado a partir da concepção de que a cultura é assunto de primeira importância e, através dela, se sedimenta e amplia a condição identitária de uma comunidade. Busca-se, através do Plano ora apresentado, o crescimento do cenário cultural hamburguense, a ampliação da diversidade e, fundamentalmente, a democratização de seus acessos - seja para possibilitar mais condições e visibilidades aos agentes culturais, seja para possibilitar um acesso mais amplo aos fruidores de cultura.

1. ONDE ESTAMOS?

1.1 - Como é Novo Hamburgo?

- a) Aspectos Físicos

Situado no Vale do Rio dos Sinos, Estado do Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo se encontra em posição privilegiada do ponto de vista geoeconômico. Está no centro geográfico do Mercosul, importante mercado consumidor, a uma distância de 1.107 km de

Buenos Aires (Argentina), 930 km de Montevideu (Uruguai), 1.277 km de Assunção (Paraguai), 2.440 km de Santiago (Chile), 1.149 km de São Paulo e 1.593 km do Rio de Janeiro.

O município integra a Região Metropolitana de Porto Alegre, distante cerca de 40 Km da Capital, com a qual se liga, principalmente, via BR 116 e linha do Metrô da TRENURB. Ocupa uma área de 223,821 Km², na Latitude Sul 29° 45' 00" e na Longitude Oeste 51° 00' 00".

Seus limites ocorrem com os municípios de Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Gravataí, Ivoti, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Taquara.

As principais vias de acesso ao Município de Novo Hamburgo são as Rodovias BR116, RS 239 e a Estrada da Integração, que interliga sua área urbana à área rural de Lomba Grande.

Às margens do Rio dos Sinos, já em seu curso final e simultaneamente ao pé da Serra Geral, o município apresenta relevo variado, com coxilhas, várzeas e formações montanhosas de pé da serra. A altitude máxima é de 345,5 metros, no Morro Dois Irmãos, e a mínima é de 7,5 metros, no banhado do Rio dos Sinos.

Situado numa região subtropical e em áreas baixas, seu clima predominante é quente e úmido. Ocorrem dias de frio intenso no inverno, quando o Estado é invadido por frentes frias oriundas da Antártica. Sua temperatura média anual permanece em torno de 19°C. No verão, nas áreas mais baixas, registra temperaturas elevadas, que se aproximam dos 40°C.

b) Aspectos Demográficos

Segundo o Censo de 2010, Novo Hamburgo possui uma população de 238.940 habitantes, com densidade demográfica de 1.067,55 hab/km. A população é bastante heterogênea, com diversas etnias, com predominância de descendentes de alemães e italianos, indígenas e afrodescendentes. A noção de pertencimento da comunidade, no entanto, é bem diversificada. Muito rara entre os descendentes de indígenas, é forte entre os descendentes de alemães e crescente entre os afrodescendentes.

A faixa etária de 22 a 49 anos concentra a maior parte da população, cerca de 114.100 habitantes, ou seja, 47,75%. A população masculina é de 114.247 habitantes. A população feminina é de 121.735 habitantes. A taxa de alfabetização é de 88,70% e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,747. O PIB per capita de Novo Hamburgo é de cerca de R\$ 22.268,63. A perspectiva de vida ao nascer é de 73 anos de idade e a população rural é de 4.142 pessoas.

c) Aspectos Econômicos

Conhecida como Capital Nacional do Calçado, Novo Hamburgo teve seu perfil econômico modificado com o passar dos anos, se adaptando às condições e circunstâncias históricas.

Atualmente, sua geração de emprego e renda provém majoritariamente do setor de serviços e do comércio - além da indústria do calçado, atualmente em menor escala. No campo industrial, subsistem fábricas de calçados, máquinas, equipamentos e componentes, algumas de porte importante no seu setor de atuação. Também há indústria de outros setores, porém com pouca visibilidade. A produção rural é predominantemente voltada à lógica de multicultura, no bairro Lomba Grande.

O trabalho e os capitais se encaminham crescentemente para o setor de serviços, com destaque para o desenvolvimento de design e tendências de moda no ramo calçadista. Esta lembrança poderia fazer supor uma continuidade da produção calçadista como foco da atividade econômica local, mas pode ser um simples aproveitamento de oportunidades de mercado por parte de uma nova lógica da atividade produtiva, centrada mais no conhecimento do que num produto específico.

De fato, a força do conhecimento como agente econômico determinante encontra alimento na qualidade das instituições educacionais locais, tanto de nível superior como nas de ensino profissionalizante. As oportunidades geradas por estas instituições se multiplicam, permitindo acreditar na possibilidade de uma diversificação das atividades econômicas do município.

O foco exclusivo na produção de calçados, aliás, é apenas um capítulo (ainda que importantíssimo) da história econômica hamburguesa. Até a década de 70, quando se iniciou o ciclo das exportações calçadistas, a cidade e a região tinham um leque diversificado de atividades, que iam da indústria farmacêutica à produção de instrumentos musicais complexos. A raiz destes empreendimentos era o elevado nível cultural e educacional da população. A própria indústria calçadista, o que vendia, na forma de calçados, era a arte de criá-los e produzi-los. Diversos estilistas de renome no cenário internacional do calçado desenvolveram sua arte em Novo Hamburgo.

O ciclo das exportações, apesar de comemorado pelo aporte de recursos e capacidade produtiva que trouxe, rompeu o vínculo entre capacidade criativa e sucesso econômico. A partir do momento em que o comprador passou a trazer prontos os modelos que queria, a indústria calçadista deixou de vender conhecimento e criatividade, para remunerar-se apenas pela venda de mão de obra barata e, inicialmente, também incentivos fiscais.

A facilidade de obter lucros concentrou capitais e trabalho no calçado, de forma quase exclusiva, descapitalizando as outras atividades. A indústria calçadista que, antes participava da formação de capitais para impulsionar um processo de diversificação econômica, neste ciclo teve o efeito contrário.

Este ciclo, no entanto, sofreu uma interrupção abrupta, na década de 90, com o surgimento de concorrentes capazes de oferecer mão de obra ainda mais barata do que a brasileira, além de favorecimentos cambiais. Em 1993, segundo dados da ABICalçados - Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, as exportações brasileiras do produto atingem faturamento de US\$ 1,85 bilhões e preço médio de US\$ 9,16 o par. Já no ano de 2014, as exportações foram no valor de US\$ 1,07 bilhões, ao preço médio de US\$ 8,24.

Outros fatores incidiram sobre o setor calçadista neste período. A partir de 2003, houve um consistente crescimento do consumo no mercado interno, compensando perdas no mercado internacional. No entanto, no mesmo período se consolida a migração, iniciada em meados da década de 90, das atividades industriais para o Nordeste, especialmente no Ceará. Além disso, se concretiza uma crescente entrada de calçados importados no mercado brasileiro. Do ponto de vista de Novo Hamburgo, a retração calçadista é evidente pelo número de empregos gerados nesta indústria. Nas épocas áureas da produção calçadista hamburguesa, havia mais de 30.000 sapateiros empregados na cidade, e atualmente o setor não ultrapassa 8.000 vagas. Considerando-se a cadeia produtiva do calçado (curtumes, injetáveis, plásticos, solas, palmilhas, saltos, plástico, etc.), há um quadro mais amplo de como foi duramente afetada a economia do Município.

A cidade, porém, não estancou economicamente. Na aparência, um simples acomodamento de possibilidades, enquanto não se recupera pelo menos parte do potencial da "vocação" calçadista ou encontra outra "vocação". Na prática, uma mudança que já está acontecendo, em parte como decorrência do potencial de conhecimento e cultura acumulados e compartilhados pela já referida estrutura educacional.

Um aspecto importante nessa mudança da vocação, conforme apontado pela FEE em 2013, é que Novo Hamburgo está hoje na 3ª colocação no ranking da indústria de transformação criativa e na 4ª posição no comércio da indústria criativa. Entende-se por Indústria Criativa aquela que tem ciclos de criação, produção e distribuição de bens ou serviços que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários. Nessa perspectiva, encontramos designers de moda, jornalistas, webdesigners, publicitários, entre outros. Além disso, no ramo gastronômico, há restaurantes qualificados, apresentando uma variedade interessante de sabores, além de um espírito inovador que se alimenta do perfil cosmopolita de parte da população, mas também das raízes culturais da sociedade local. É dentro desta perspectiva que a Cultura pode afirmar-se como novo fator de desenvolvimento econômico para o Município.

d) Aspectos Sociais

Comparado à realidade média dos municípios do país, Novo Hamburgo está num processo positivo de atendimento às necessidades básicas da população. Em razão da expansão econômica, a cidade viu sua população saltar de 25.000 para 240.000 habitantes em apenas 50 anos (do final da década de 60 até o presente momento), sem que o desenvolvimento social

acompanhasse este ritmo. Embora, especialmente nesta última década, tenham sido realizados investimentos públicos que proporcionaram avanços relevantes, ainda há um longo caminho a percorrer no Desenvolvimento Social.

Senão, vejamos.

Educação

O crescimento em ritmo explosivo foi consequência do "boom" das exportações calçadistas, que atraiu milhares de trabalhadores do interior do Estado - também de Santa Catarina e Paraná - para toda a região, especialmente Novo Hamburgo. De início, este crescimento populacional resultou na formação de diversos núcleos habitacionais periféricos e irregulares e exigiu elevados investimentos na ampliação da rede municipal pública de educação fundamental.

Se estes investimentos foram suficientes para atender à demanda de vagas para crianças em idade de alfabetização, não bastaram para suprir o atendimento à educação infantil. Além disto, com a crise de desemprego gerada pelo encolhimento do setor calçadista, a partir da década de 90, a deterioração social teve efeitos deletérios sobre o aproveitamento escolar, gerando forte demanda de educação para jovens e adultos.

Embora o número de crianças em idade escolar tenha se mantido estável nos últimos anos, este fenômeno se manifesta de forma irregular em diferentes áreas da cidade. Em alguns bairros, a demanda por vagas na educação fundamental chegou a diminuir, gerando alguma ociosidade. Em outros, no entanto, este número continua a crescer. Além disto, os investimentos em habitação criaram demandas em novas áreas, exigindo a manutenção dos investimentos em novas unidades escolares.

De qualquer forma, atendendo 16.393 alunos, a demanda de educação fundamental está bem atendida, contando também com escolas da rede estadual e da rede privada. São necessários investimentos novos em educação infantil, onde a rede municipal já atende 6.228 crianças. Em 2016, o Município estará atendendo às determinações legais do país, de garantir escola a todas as crianças, a partir dos 04 anos de idade. Mesmo com a construção de 12 novas Escolas de Educação Infantil nos últimos 08 anos, parte desta demanda será atendida com remodelações das escolas tradicionais, voltadas ao ensino fundamental.

É de extrema relevância, ainda, a atuação da Rede Municipal Pública de Educação na inclusão, especialmente para pessoas com deficiência. O município, aliás, é reconhecido, hoje, como referência de políticas e ações inclusivas, não apenas pelo trabalho na educação, mas também por avanços na área da saúde pública e pelo grau elevado de participação e articulação de diversas entidades representativas das pessoas com deficiência. A criação de novos cursos no ensino médio e superior, voltados à formação e ao desenvolvimento do conhecimento no campo da acessibilidade conferem dimensão ainda maior à importância deste tema para a cidade.

Há número expressivo de estabelecimentos educacionais particulares, em grande parte vinculados a comunidades religiosas, oferecendo educação muito qualificada. Ainda no ensino médio, é de vital importância a atividade da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, e os cursos que passam a ser oferecidos, a partir de 2014, pelo Instituto Técnico Federal.

Há também forte demanda por ensino de nível superior, atraindo diversas instituições para a cidade, além de dar base de sustentação à expansão da Universidade FEEVALE, instituição privada comunitária com sede em Novo Hamburgo. Também há oferta de cursos de nível superior, através de filiais ou representações, pela IENH, ULBRA, FTEC e Anhanguera, sem falar na Universidade Aberta do Brasil (UAB). Soma-se a isto a mobilização comunitária visando a criação da Universidade Federal dos Vales (UNIVALES), prevendo a instalação de um de seus campi em Novo Hamburgo.

Cabe ressaltar que a Universidade FEEVALE consolida a criação de um curso de Medicina, com 60 vagas iniciais, e tem seus próximos planos de ampliação focados prioritariamente na área da Cultura. Planeja dispor de 19 cursos de nível superior voltados para a área cultural até 2020 e atualmente compõe o Observatório da Cultura da UFRGS, dispondo de informações e metodologias de extrema relevância para a área da Cultura - a serem aproveitadas pela cidade.

Habitação e Saneamento

Atualmente, 98% da população é abastecida por água tratada, acima da média nacional que está em torno de 91%. No momento, cerca de 5% da cidade possui esgoto tratado, sendo que está sendo investido na ampliação do sistema para que nos próximos anos esse número alcance 80% de tratamento.

A cidade se defronta com ocupações irregulares do espaço urbano, principalmente nas periferias (margens de arroios, encostas de morros e leitos de vias públicas não utilizadas). O Plano Diretor não tem instrumentos para tratar esta realidade, e ao poder público municipal chegam diferentes demandas: melhorias necessárias em áreas ocupadas de propriedade do próprio poder público; famílias sem condições de deixar as áreas privadas que ocupam para morar; a população que ocupa áreas do Estado e da União pressionando o município na resolução do problema, além da pressão por solução para as ocupações em beira de arroios, aonde as inundações chegam ao nível de calamidade pública, etc.

Em 1987, o Setor de Assistência Habitacional e o Setor de Saneamento Básico realizaram levantamento dos problemas habitacionais no município. Nas vilas foram implementadas ações de educação sanitária, extensão de redes de água (unitária e por sistema de ramais), extensão de redes de esgoto e instalação de banheiros híbridos. Uma pesquisa realizada com 2.452 famílias em assentamentos precários constatou a presença de 87% de migrantes, destes, 52,6% residindo há mais de 7 anos no município; 91% das famílias reivindicavam moradia, terreno ou auxílio para as moradias já edificadas.

Atualmente, o setor habitacional está a cargo da Secretaria Municipal de Habitação, criada em 2005, através da Lei Municipal Nº **1299**. Através da política habitacional implementada no município foram produzidos lotes, unidades habitacionais e ações voltadas à regularização fundiária. A maior parte dos loteamentos populares se destinou ao reassentamento de famílias que ocupavam áreas de risco, como margens de arroio e faixa de domínio de rodovias. Também foram realizadas remoções, por interesse público, como é o caso de ocupações sobre leito de vias.

A Lei Municipal Nº **1.839/2008** instituiu o Programa de Regularização Fundiária no Município de Novo Hamburgo, e considera, entre outras questões: a regularização fundiária sustentável; a regularização fundiária de interesse social; a regularização fundiária de interesse específico; e o plano de reurbanização específica. O município ainda possui a Comissão de Regularização Fundiária, nomeada através de decreto municipal, esta responsável pela análise e aprovação dos planos de regularização fundiária sustentável e consequente emissão de Licença Integrada de Regularização Fundiária (LIRF). A SEHAB está desenvolvendo, em parceria com o governo federal, três ações voltadas à regularização fundiária em sete assentamentos precários na cidade.

Saúde

Novo Hamburgo está em acelerado processo de ampliação de atendimento. Possui 3 Hospitais, sendo um deles o maior Hospital Municipal Público do Estado, referência no atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento em 15 especialidades, além de atendimentos de alta complexidade para outros municípios da região. Os outros dois hospitais, Regina e UNIMED, são privados, e também são referências do Vale do Rio dos Sinos.

A cidade dispõe de serviços de psicologia, assistência social, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia e enfermagem. Também conta com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), possuindo uma ambulância de suporte avançado e duas de suporte básico, prestando assistência padronizada e qualificada nos casos de urgência e emergência. O município também dispõe de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Bairro Canudos, atendendo 24 horas por dia, e outra em processo de conclusão das obras no Bairro Centro da cidade, além de um Pronto Atendimento (PA) no Centro, ambas com características pré-hospitalares voltadas ao atendimento adulto e pediátrico, de média complexidade.

Nos bairros ainda possui 15 Unidades de Saúde da Família (USF) e **07** Unidades Básicas de Saúde (UBS), que atuam em casos de baixa complexidade, atendimentos preventivos, além da ampliação do atendimento através do Programa Mais Médicos.

Em 2015 foi aprovada a Faculdade de Medicina na FEEVALE, onde irão ser formados 60 médicos por ano para ampliar o atendimento na região.

Outro ponto a destacar é a Inclusão de Pessoas com Deficiência, área em que o município já desenvolve ações significativas. Segundo o Censo 2010, 29% da população hamburguesa declarou algum tipo de deficiência. Em 2013 foi assinado junto ao Governo Federal o "Plano Viver Sem Limites". Atualmente o atendimento está voltado para a fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psiquiatria, além de sete entidades que atendem diretamente essa população, em especial a Universidade FEEVALE, que desenvolve fortemente as ações. Cabe destacar também que Novo Hamburgo desenvolveu o primeiro Guia de Serviço de Saúde em Braille do Brasil, além de possuir uma Coordenadoria de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência (CPPD) e o Conselho dos Direitos e Cidadania com Pessoas com Deficiência (CMPCD).

Desenvolvimento Social

A SDS tem a finalidade de coordenar a política de assistência social no município, considerando as leis, que estabelecem como diretriz a proteção à família, matricialidade, infância, adolescência, velhice, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, em situação de rua e a promoção à convivência familiar e comunitária.

O objetivo desta secretaria é contribuir para o desenvolvimento do município, buscando integrar-se às ações regionais e nacionais, gerar a inserção social, digna e produtiva de pessoas e grupos que vivem em risco, e reduzir a pobreza e a desigualdade.

Ademais, busca integrar a assistência social à outras políticas sociais, mediante um conjunto integrado de ações de prevenção, proteção, promoção e inserção, através de uma série de ações em rede de iniciativa governamental e da sociedade civil organizada. Além disso, garantir e promover os direitos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade. A partir deste momento a política municipal de assistência social passou a alinhar-se com a política nacional, ocasionando significativas mudanças nos diferentes níveis de proteção básica e especial, sendo esta de média e alta complexidade.

Portanto, estamos convencidos que gestão da política atual passa então a ser efetivada por um sistema que descentralizado e participativo, cabendo aos municípios uma parcela significativa de responsabilidade na sua formulação e execução. Contudo, estamos convencidos que o sistema de participação ainda é uma realidade que precisa avançar, assegurando assim, os processos democráticos.

Segurança Pública

Novo Hamburgo é atendida pela Brigada Militar, tendo um quartel na cidade. Ainda possui um corpo de Guarda Municipal, além do atendimento do Corpo de Bombeiros e 05 Delegacias de Polícia Civil, sendo 02 especializadas, no caso a Delegacia de Mulheres e a Delegacia de Homicídios. Mesmo assim, a município possui altas taxas de criminalidade, reflexo de um processo histórico de segregação social do mundo contemporâneo.

Entretanto, no que cabe ao Poder Público Municipal, algumas ações já estão sendo realizadas para a reversão deste quadro, como o desenvolvimento do Plano municipal de Segurança Cidadão; a criação do Observatório de Segurança Pública; a aquisição de ônibus de vídeo-monitoramento e de armas letais e não letais; a instalação de stand de tiro da Guarda Municipal; além da contratação de novos Guardas Municipais, de forma que amplie o apoio junto à Brigada Militar no Município.

Também cabe ressaltar o desenvolvimento de ações como os Territórios da Paz, em parceria com o Governo Federal, onde mulheres e jovens possam ser agentes de cidadania e diminuição de casos de violência nos locais mais vulneráveis. Já foi realizada a etapa no Bairro Santo Afonso, e no momento no Bairro Kephas são desenvolvidas as atividades referente ao programa.

e) Aspectos Político-Institucionais

Oficialmente, Novo Hamburgo possui autonomia administrativa desde 05 de abril de 1927, com a assinatura do "Decreto de Ouro" pelo então Presidente do Estado Borges de Medeiros, que a emancipa do município de São Leopoldo.

Atualmente a administração é conduzida pelo Prefeito Luiz Lauermann. A Administração Municipal conta com 17 Secretarias, além de 06 Coordenadorias de Setor. Ademais, com atuação independente, há 21 Conselhos Municipais em novo Hamburgo, Além de 05 autarquias e empresas públicas de âmbito Municipal.

A Câmara Municipal de Novo Hamburgo possui, atualmente, quatorze vereadores, divididos em nove bancadas.

O Poder Judiciário também está presente em Novo Hamburgo através de diversos de seus órgãos, tanto da Esfera Federal quanto Estadual.

Por fim, a cidade também conta com a presença e a atuação de diversas entidades de classe, associações comunitárias, entidades sindicais profissionais e econômicas.

1.2 - Quem Somos? Diagnóstico Cultural - das origens até a situação atual

a) Das Origens ao Presente

Novo Hamburgo é quase sempre lembrada como território cultural dos descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram o Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, a partir de 1824. Mas é definitivamente muito mais rica e diversificada - muitas vezes, surpreendente - na formação de seu povo. Nela, se desenvolve um processo vigoroso, em que interagem e se fecundam mutuamente muitas das culturas criadas pelo povo brasileiro, inclusive aquela herdada dos imigrantes que falavam alemão.

É uma cultura única, porém multifacetada, nascida do encontro e fusão dos imigrantes e seus descendentes com um povo nascente, o povo brasileiro, do qual vieram a fazer parte. Desde então, ela vem se construindo a partir de fatos e realidades ocorridos aqui, mas também na distante Europa. Sua formação não foi alheia à Guerra dos Farrapos, por exemplo, nem às lutas pela unificação da Alemanha. Não deixou de sofrer a influência da política de substituição de importações de Getúlio Vargas, nem da derrota alemã na Segunda Grande Guerra Mundial, em 1945.

Assim, Novo Hamburgo é, de fato, um lugar onde vivem muitos descendentes daqueles imigrantes, mas sobretudo é uma sociedade desenvolvida, desde sua origem, também pela presença de outras etnias e culturas e pela interação entre todas elas.

O Vale dos Sinos não era uma terra de ninguém quando os imigrantes chegaram, a partir de 1824. Pelo contrário, à margem esquerda do rio, tinha sido instalada a sede do principal empreendimento econômico da então Província de São Pedro, a Feitoria do Linho Cânhamo, onde trabalhavam 320 escravos negros. Esse empreendimento data de 1780 aproximadamente. Para dimensionar, lembramos que na mesma época, a maior charqueada da província, sua principal atividade econômica, não alcançava 200. Fortes indícios sugerem que uma rebelião escrava, em 1822, inviabilizou a Feitoria e forçou uma mudança no projeto de colonização, transferindo sua sede, originalmente pensada à margem direita, para a margem esquerda do rio, de forma a aproveitar as terras da Feitoria inviabilizada.

Desde seu início, portanto, a História da sociedade local é a História de vários povos em convívio, entre eles o imigrante e, depois, seus descendentes. As culturas que desde então ela produz tem sempre o matiz desta simbiose particular.

Mais: além de ter sido a primeira cidade nascida desta dinâmica única, na margem direita do Rio dos Sinos, onde a colonização alemã foi mais intensa, Novo Hamburgo mantém a posição de maior polo econômico, social, político e cultural de toda a região. Disputa esta posição, é evidente, com a vizinha São Leopoldo, sede do empreendimento colonizador, mas situada no outro lado do Sinos. A própria disputa, aliás, é um fato cultural relevante para ambas as cidades, assim como é sua complementaridade.

Soma-se a isto a consequência demográfica do crescimento econômico explosivo com o ciclo de exportação de calçados, a partir da década de 70 do século XX. A cidade atraiu trabalhadores de todo o Rio Grande do Sul e mesmo de Estados vizinhos, enquanto o empresariado local estabeleceu relações com clientes e fornecedores internacionais. Assim, ela se transforma radicalmente em muitos aspectos e passa a ter dificuldades para se reconhecer culturalmente. Mais gaúcha e brasileira, por um lado; mais cosmopolita e globalizada, por outro, mesmo assim, continuou cultivando o mito de ter sido forjada pelo imigrante alemão como personagem quase exclusivo de sua História. Na busca de raízes culturais autênticas, muitas vezes as substitui por um folclore imaginado superficialmente, distante da realidade dos primeiros colonizadores, ou por uma pretensão erudita, divorciada da cultura de seu povo real.

Se estes equívocos são reais e aparecem como dominantes no senso comum, é preciso contrapor que também existe - e progride -

a crítica aos mitos culturais arraigados. A pesquisa histórica acadêmica atual, tanto em Novo Hamburgo como na região, é cada vez mais profunda e transforma, rapidamente, a compreensão sobre nossa real formação cultural. E mostra uma realidade muito mais rica e fascinante, inclusive para aqueles que nutrem carinho pelos feitos dos antepassados de olhos azuis, do que o relato romancado e épico ainda dominante.

É essencial, ainda, compreender que a História cultural real deste povo não registra acomodamento à reprodução estéril de um folclore superficial ou de uma erudição apenas pretensa. Cumpre trazer à luz alguns episódios relevantes para perceber que a ebulição cultural sempre esteve presente na vida da sociedade local. Longe de ser uma cultura passiva, copiadora de padrões estéticos estáticos, os fatos nos mostram uma cultura criativa, em muitos momentos surpreendente.

Começamos por identificar uma das raízes mais profundas da cultura aqui desenvolvida, a presença de um contingente populacional expressivo que se estabelece com o direito de professar uma religião diferente do catolicismo oficial (fato novo na História desta terra até então). A fé luterana de grande parte, senão maioria dos imigrantes vindos da Alemanha, tem, de imediato, o efeito de criar escolas para alfabetizar as crianças. Ler a Bíblia, para beber da fonte e não mais dos ditames de Roma, era essencial para a prática da fé luterana, alicerçada no princípio do livre arbítrio e da interpretação pessoal dos Evangelhos e dos outros livros sagrados do universo bíblico.

Esta necessidade faz com que se desenvolvam educandários em todas as comunidades ocupadas pelos imigrantes, mas educandários evangélicos luteranos, religião diferente e até oposta ao catolicismo oficial.

O governo imperial (através do acordo de casamento de Dom Pedro I com a Dona Leopoldina), porém, tinha urgência extrema de povoar o extremo sul do Brasil, para dispor de fornecimento de alimentação e produtos artesanais necessários à guerra, em caso de enfrentamento mais duro com os vizinhos castelhanos. E poderia necessitar de soldados experientes (por isto a maioria dos imigrantes foram trazidas do Hunsrück, na fronteira com a França, onde a população tinha participado das recentes guerras napoleônicas). Finalmente, nutria o desejo de branquear a população brasileira, objetivo ao qual os novos alemães serviam perfeitamente.

O problema: deixar aos evangélicos luteranos o privilégio da educação, se constituía também num risco político sério para o Estado alicerçado em aliança com a Igreja Católica. Não tendo como conter este risco, inerente à imigração alemã, Governo e Igreja Católica se apressaram em compensá-lo com a criação de educandários católicos, para a parcela dos imigrantes que professavam esta fé. Criou-se uma fecunda tensão, mas nem sempre animosidade, entre as duas religiões, que se traduziu especialmente através dos esforços educacionais. Criou-se, assim, rapidamente, uma rede de educandários ligados às comunidades e suas respectivas organizações religiosas. Novo Hamburgo e a vizinha São Leopoldo foram extraordinariamente beneficiadas por este fator, inédito até então na História brasileira.

A par disto, outro detalhe importante, embora talvez irrelevante para a Coroa, é que o Hunsrück, onde o Governo Imperial foi buscar a maioria dos primeiros imigrantes por ser gente acostumada às lides de guerra, era também centro de forte cultura musical. Era a região da futura Alemanha (em 1824 ainda não havia sido unificada) onde se fabricavam os melhores instrumentos de sopro e, quase evidente, havia apreciável concentração de músicos. Tal qual os ritmos dos tambores, melodias e harmonias vieram invisíveis nos navios negreiros, os barcos que traziam os imigrantes europeus também trouxeram sua musicalidade. Esta cultura logo se expressou através do canto, que se tornou essencial como motivador e realizador de vida social. As Sociedades de Canto (ao lado das Sociedades de Tiro e até mais numerosas do que estas) foram as primeiras a se formarem, promovendo o conagraçamento entre os imigrantes em ambientes laicos.

Em consequência, homens que tivessem conhecimento musical um pouco acima da média, o suficiente para se tornarem maestros e regentes dos numerosos corais que se formavam, logo se credenciaram como lideranças também em outros setores da vida comunitária. Por outro lado, a força da música na vida cotidiana serviu como atrativo para músicos mais qualificados e para o próprio aprofundamento dos conhecimentos por parte daqueles que já exerciam esta liderança. Havia clima e solo extremamente propícios para o cultivo desta arte e, em seguida, também para outras linguagens, em especial para as artes plásticas.

Não se explica de outra forma que, até a década de 50 do século passado, entre as indústrias mais importantes do município de

Novo Hamburgo, apareciam uma fábrica de órgãos e harmônios e uma fábrica de molduras, ambas fornecedoras para todo o Brasil e, frequentemente, para outros países latino-americanos. Vale ressaltar que um dos capitalistas que viabilizou a fábrica de órgãos foi maestro do mais antigo coral brasileiro em atividade, que hoje leva seu nome, Júlio Kunz, (industrial bem-sucedido, fundador da ainda ativa Formas Kunz).

Novamente, os fatos narrados podem levar à suposição equivocada de que se desenvolvia uma cultura na cidade com fontes apenas na estética e nos conceitos vindos da distante Alemanha. Embora fortes e presentes, nunca foram únicos. Os imigrantes se incorporaram rapidamente à vida da província. Afinal, foi exatamente para isto que foram trazidos ao sul brasileiro e localizados próximos à capital Porto Alegre, ligados a ela pela melhor via de escoamento de produção então existente, a navegação através do Rio dos Sinos.

Assim, apenas 11 anos após a chegada dos primeiros alemães, quando eclodiu a Guerra dos Farrapos, motivada pela rebelião republicana que sacudiu a província por dez anos, a colônia já se via envolvida. Embora a maior parte dos seus colonos e de seus líderes cumprisse a expectativa de lealdade do governo e se postasse ao lado do Império e contra os Farrapos, não faltaram os que aderiram à causa republicana. Não faltaram também os imigrantes que souberam aproveitar as lutas para enriquecer com o fornecimento especialmente de selas, arreios, botas e mantimentos. Neste ambiente, postando-se contra, a favor ou mesmo indiferente às disputas, é evidente que se estreitaram as relações entre os habitantes anteriores e os novos colonos.

Cumprir observar que, diferente do que acredita o senso comum, o Vale do Sinos não era desabitado quando os colonos chegaram aqui, embora houvesse muita terra disponível. Já do século anterior (XVIII), no hoje bairro Feitoria, de São Leopoldo, havia se estabelecido a Real Feitoria do Linho Cânhamo. Para abastecer a Feitoria de carne, foi criada uma Estância, localizada no hoje bairro Rincão dos Ilhéus de Estância Velha (município que herdou seu nome justamente deste empreendimento). O próprio bairro Rincão dos Ilhéus, aliás, recebe este nome por ter sediado uma colônia de açorianos. Ao mesmo tempo, ao longo do Rio do Sinos, na planície que se estende de Sapiranga a Taquara, ao pé da serra, já existiam algumas propriedades dedicadas à criação de gado, de propriedade de brasileiros descendentes de portugueses.

Os alemães, portanto, não se estabeleceram em terras despovoadas. Evidente que sentiram isolamento, especialmente aqueles que se estabeleceram mais distantes (num tempo em que o transporte se fazia a cavalo ou em carros de bois, por caminhos estreitos e acidentados) na subida da serra, nas terras que hoje compõem os municípios de Ivoti, Dois Irmãos e seus vizinhos ao norte. Mesmo estes, entretanto, foram assentados inicialmente ao longo do caminho já usado pelos bandeirantes paulistas em suas incursões às terras do sul (hoje é a estrada, avenida ou rua Presidente Lucena, central nas cidades de Ivoti e Estância Velha).

Os imigrantes alemães estabelecidos em Novo Hamburgo, no entanto, não viveram o mesmo grau de isolamento. E nem mesmo o desejavam. É revelador, por exemplo, que os primeiros a acumularem fortuna e prestígio dentre os descendentes diretos dos imigrantes, logo cuidaram de estreitar seus laços de convivência com a capital Porto Alegre, onde, aliás muitos foram se estabelecer. Jacob Kroeff Neto e Pedro Adams Filho, expoentes políticos e econômicos de Novo Hamburgo, responsáveis diretos pelo próprio processo de emancipação política da cidade, também residiram em Porto Alegre.

Durante muitos anos, portanto, existiu esta constante tensão cultural, com todos os seus inevitáveis efeitos transformadores, entre a natural tendência de conservação das heranças ancestrais e o desejo de integrar-se à cultura de um centro de poder maior. Esta tensão ocorria com intensidades e feições variáveis, de acordo com as circunstâncias históricas. No fim da década de 20 e início da década de 30 do século passado, tempos de dificuldades no país confrontados com a ascensão da economia alemã, houve um forte movimento de valorização das raízes germânicas, muitas vezes acompanhada por adesões à ideologia nazista. No momento imediatamente posterior, porém, com o Brasil entrando na guerra contra a Alemanha (proibindo o uso das línguas alemã e italiana) e a derrota do Eixo, se fortaleceu o viés contrário, de integração à cultura brasileira.

Assim, se na década de 20, era forte a afirmação da "origem alemã" como motivo de orgulho e até de uma suposta superioridade racial, já na década de 40, em Lomba Grande, foi constituída uma sociedade com o fim específico de "cultivar as tradições gaúchas". Praticamente todos os fundadores tinham sobrenomes alemães, mas seu objetivo explícito era mostrarem que eram e se sentiam, de fato, gaúchos e brasileiros.

Enquanto a tensão se alternava, dois outros fatores incidiam fortemente sobre esta formação cultural, característica da cidade. Por um lado, o tempo. Por outro, a convivência crescente com os outros brasileiros.

O tempo, inexorável, tornou cada vez mais distante a realidade alemã, favorecendo um processo muito complexo de idealização e imitação, distanciado das raízes históricas, mas nem por isto carente de autenticidade. Uma das mais fortes manifestações culturais da região se deve exatamente a este fenômeno e ajuda a compreendê-lo. Após a primeira guerra, a presença norte-americana popularizou fortemente o jazz na Alemanha derrotada. A formação das bandas, construída principalmente com base em instrumentos de sopro foi rapidamente incorporada pelos alemães, mas com uma linguagem musical que assimilou suas raízes musicais. Estas bandas, por sua vez, foram imitadas em todo o Vale do Sinos, dando origem às bandinhas hoje chamadas de "típicas" ou "tradicionais", mas que, inicialmente, foram chamadas de "jazzbands". A versão colonial das bandas alemãs, estas já decorrentes da influência norte-americana, ganhou variações rítmicas da musicalidade brasileira. Mesmo assim, as bandinhas "típicas" são entendidas, hoje, como herança cultural dos imigrantes. De fato são, mas por caminhos bem mais complexos do que os imaginados por quem acredita em raízes culturais "puras".

O outro fator acima enunciado é a convivência permanente com os demais povos brasileiros. Se estes já estavam aqui quando os imigrantes chegaram, sua presença se consolidou e foi se tornando cada vez mais importante à medida que, na busca de oportunidades, começaram a vir de diversas outras localidades gaúchas para a cidade, contribuindo também para transformar seu perfil cultural. Este fenômeno sempre esteve presente na vida da cidade, mas se tornou explosivo na década de 70, durante o ciclo das exportações calçadistas, que alterou de forma definitiva sua composição étnica.

Os eventos carnavalescos ajudam a perceber com clareza esta realidade. Desde a década de 20 do século passado existem registros da adesão local às festividades momescas, com desfiles de blocos de rua e bailes de salão, ao som das marchinhas que contaminavam todo o país. Aqui já começa a se revelar a influência da mídia moderna no cotidiano da cidade e um surpreendente (para os padrões dominantes de entendimento) grau de integração à cultura brasileira.

No rastro da folia momesca (como, aliás, aconteceria no resto do país) viria ainda outra significativa mudança. Os desfiles de rua se firmaram como forte tradição local e foram incorporando as comunidades negras. A propósito, vale o registro de que a Sociedade Cruzeiro do Sul, fundada em 1922, é uma das mais antigas sociedades negras do Rio Grande do Sul. Foi criada como clube de futebol, mas em alguns anos fundiu-se ao bloco carnavalesco "Os Leões", também vinculado a comunidades negras, tornando-se, além de uma sociedade, uma Escola de Samba.

Na disputa pelas premiações nos desfiles, as Escolas de Samba com base em comunidades negras passaram a se confrontar com os grupos formados pelas sociedades brancas. A tradição destas, no entanto, era a de blocos humorísticos, enquanto as negras passaram a cultivar os desfiles temáticos construídos com temas e sambas-enredo, baterias, passistas, alas de baianas... Por algum tempo, algumas sociedades brancas tentaram moldar-se a este formato, contratando ritmistas e outros destaques. Com o passar dos anos, porém, se afastaram dos desfiles, substituídas por cinco escolas de samba enraizadas nas comunidades negras que foram se expandindo numericamente com o processo migratório (atualmente, segundo o IBGE, já representam 16 por cento da população local).

Também o nativismo que, como vimos, foi cultivado com pioneirismo na cidade, se fortaleceu com o processo migratório. Atualmente, a cidade conta com 13 entidades vinculadas ao Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Durante este processo, as raízes culturais dos imigrantes foram perdendo visibilidade. Por um lado, o enriquecimento de parcelas da comunidade descendente dos alemães, somado à incorporação de professores e profissionais liberais que vieram se estabelecer na cidade, produziu o desenvolvimento de uma cultura clássica, com o abandono parcial e progressivo das raízes mais populares da cultura existente. Outro fator importante foi a crescente - hoje massiva - influência das novas mídias (rádio, num primeiro momento, e televisão, a partir da década de 60). Tão decisiva foi esta influência que, já na década de 60, nas quermesses (festas das igrejas) a música ambiente não era mais a das bandinhas típicas, mas os sucessos nacionais divulgados através das emissoras de rádio.

Observe-se, porém, que estas raízes não deixaram de existir, mesmo perdendo parte de sua visibilidade. E um fato extraordinário

faz com que esta herança cultural retome importância para o conjunto da sociedade hamburguense. Trata-se do Tombamento, em 2015, do Centro Histórico de Hamburgo Velho e do acervo da Galeria Ernesto Frederico Scheffel como Patrimônio Histórico Nacional. Hamburgo Velho passa ser um dos cinco sítios históricos gaúchos com este grau de reconhecimento e o único, no País, dentre as comunidades criadas por imigrantes alemães. O que isto representa como responsabilidade do Município frente a Nação só é comparável com o que oferece em termos de oportunidades para seu desenvolvimento cultural (e também de ameaças, se não for corretamente dimensionado e compreendido). Este, porém, é tema para outros capítulos do nosso Planejamento.

Um fato extraordinário, no entanto, faz com que esta herança cultural retome importância para o conjunto da sociedade hamburguense. Trata-se do Tombamento, em 2015, do Centro Histórico de Hamburgo Velho e do acervo da Galeria Ernesto Frederico Scheffel como Patrimônio Histórico Nacional. Hamburgo Velho passa ser um dos cinco sítios históricos gaúchos com este grau de reconhecimento e o único, no País, dentre as comunidades criadas por imigrantes alemães. O que isto representa como responsabilidade do Município frente a Nação só é comparável com o que oferece em termos de oportunidades para seu desenvolvimento cultural (e também de ameaças, se não for corretamente dimensionado e compreendido). Este, porém, é tema para outros capítulos do nosso Planejamento.

Cumprе ressaltar, enquanto tratamos da História cultural da cidade, que o Tombamento é consequência de uma longa luta pela preservação patrimonial, liderada pelo próprio Scheffel, a partir de 1974, ano em que foram comemorados os 150 anos da imigração alemã ao Brasil. Scheffel, nascido em Campo Bom e criado em Hamburgo Velho, já era reconhecido como um mestre internacional das artes plásticas e residia em Florença, na Itália, onde mantinha quase a totalidade de suas obras. Convidado a trazê-las para o Brasil, negociou com a Administração Municipal de Novo Hamburgo a desapropriação e o restauro do prédio (um dos mais significativos, tanto do ponto de vista histórico como arquitetônico) para sediar uma fundação que abrigaria parte considerável de sua obra, com exclusividade.

A ação de Scheffel e de seus apoiadores teve consequências concretas. A consciência despertada foi suficiente para que houvesse evolução da legislação de proteção ao patrimônio, mesmo que incompleta e deficiente. Mais que isto, motivou investimentos públicos e privados que garantiram a sobrevivência e o uso de um bom número de prédios importantes do ponto de vista histórico e, sobretudo, cultural. Finalmente, foi capaz de determinar a proteção mais ampla e segura de ações de proteção em nível federal e estadual.

A volta de Scheffel à cidade foi um importante impulso, não apenas para a preservação do patrimônio histórico, mas também por ajudar a fazer ressurgir a força do viés clássico da cultura hamburguense. Isto, porém, ocorreu num momento em que, por sua dinâmica interna, a cidade vivia em intensa ebulição cultural, em várias outras áreas da produção artística. O principal agente deste clima vibrante tinha sido o teatro, desde o início da década de 70. A rápida transformação econômica que a cidade vivia, com o início do ciclo das exportações, atraiu milhares de pessoas, especialmente para o trabalho no chão de fábrica, mas também profissionais qualificados e novos empreendedores. A visão estimulante do rápido progresso econômico contrastava com o impactante aumento da pobreza nas vilas que foram se formando nas periferias da cidade e com o massacrante silêncio imposto pela Ditadura Militar.

A possibilidade de expressar a angústia desta contradição foi a arte, especificamente o teatro que possibilitava a ação coletiva e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de talentos individuais na interpretação, no desenvolvimento de textos, na produção e também em artes complementares, como a música. Dezenas de grupos teatrais se formaram, nas escolas, nas sociedades, nas comunidades religiosas, até mesmo em fábricas e em ações independentes. Os grupos, além de desenvolverem ações individualizadas, buscaram integração e se articularam realizando festivais, trazendo nomes importantes do teatro nacional e do Estado para palestras, oficinas e como jurados. Esta articulação cresceu ao ponto de demandar e conquistar, junto ao Poder Público, a construção de um teatro municipal e um centro de cultura no terreno destinado à construção de nova sede para a Câmara Municipal. Isto, em plena Ditadura Militar e com um discurso fortemente contestatório, de crítica à situação social do país e de denúncia à censura.

Menos espetacular, mas igualmente qualificado e intenso, também se registrou nestes tempos um forte movimento no campo das artes plásticas. Também militante, este movimento não aconteceu à parte daquele que agitava os "teatreiros". Antes, era integrado, criando novos espaços não apenas para mostrar os trabalhos dos novos artistas plásticos, mas para toda a efervescência cultural que a cidade experimentava. O que mais forte repercussão alcançou, herdeiro de outras tentativas estimulantes e

predecessor de outras, já como resistência, foi a Casa Velha. Localizada também em Hamburgo Velho, a cerca de 200 metros da Galeria Ernesto Frederico Scheffel, a Casa Velha tinha carisma e brilho próprios, mas também se contrapunha com firmeza ao que a Galeria representava, tanto em nível estético, em oposição ao classicismo erudito, como político, contestando a concentração dos investimentos públicos num único artista.

Nos dois casos, no movimento "teatreiro" e no das artes plásticas, a efervescência transbordou para outros setores da sociedade e incorporou várias linguagens, tendências e raízes. As Escolas de Samba, por exemplo, ganharam integrantes entusiasmados, não só dispostos a contribuir com suas artes e conhecimento, mas também a aprender com a cultura popular. Desta forma, todas deram saltos de qualidade sem perder sua identidade. Pelo contrário, ganhando força e consistência, ampliaram e aprofundaram também seu relacionamento com o mundo cultural do samba em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Outro efeito do rápido desenvolvimento econômico da cidade, ao lado de mudanças político-administrativas no comando da cidade, contribuiu para uma ampliação substantiva nos investimentos públicos em Cultura. A criação da Feevale, embora entidade privada, foi viabilizada com fortes investimentos municipais. Também foram substantivos os investimentos para trazer da Itália as obras doadas por Scheffel para sua galeria. Após a conclusão do restauro da mesma, a administração municipal também recuperou o prédio onde hoje se localiza a Biblioteca Pública Municipal, adquiriu obras de arte - não apenas telas, mas também monumentos, como o Monumento à Bíblia, de Marciano Schmitz, no Parque Floresta Imperial e o Monumento ao Sapateiro, de Flávio Scholles, na rótula em que se encontram as avenidas Nicolau Becker e Nações Unidas. Este último, aliás, foi motivo de acirrada disputa na cidade, por retratar não o sapateiro artesanal idealizado, mas o operário em linha de produção.

A lista segue, consistente: outros investimentos e iniciativas de monta foram a construção do Centro Municipal de Cultura Parahim Machado Lustosa, em que se destaca o Teatro Municipal Carlos Magno; a implantação do Atelier Livre (que evoluiu até tornar-se a Escola Municipal de Artes Carlos Alberto de Oliveira) e o forte impulso dado ao movimento coral através de investimentos importantes nos seus festivais. As administrações municipais, neste período, que vai até o início da década de 90, também investiram no tradicionalismo, promovendo um representativo festival de música e provendo sedes para CTG's da cidade.

Tínhamos, já neste momento, uma cultura multifacetada, cheia de nuances e surpresas, mas sempre acompanhada por um toque de qualidade não imaginada pela própria sociedade que a produz. Além dos investimentos públicos, também iniciativas privadas, com ou sem fins lucrativos, deram forte impulso às atividades culturais. No canto coral, chegou-se ao estudo da música erudita, formando uma geração de músicos qualificados. Multiplicaram-se as escolas de dança, com extraordinário desenvolvimento tanto em quantidade de dançarinos como em termos de qualidade. Em nível popular, mesmo que com menor visibilidade, também se multiplicaram talentos, no tradicionalismo, no meio carnavalesco, nas bandas de rock e no então nascente estilo sertanejo. Merece menção especial o movimento Hip Hop, que chegou a mobilizar milhares de jovens em eventos culturais de caráter comunitário. Este movimento, ao largo dos gabinetes municipais da Cultura, foi pioneiro no desenvolvimento de projetos para captação de recursos federais.

Este processo, no entanto, foi interrompido pela gradual redução dos investimentos públicos em cultura, motivada pela desaceleração da atividade econômica e pela consequente redução de disponibilidade de recursos, ao passo que o crescimento da população continuou acelerado durante alguns anos ainda. Este quadro exigiu a ampliação dos investimentos em educação formal. Em acréscimo, o desemprego aumentou fortemente as demandas de atendimento pela saúde pública, para atender um grande contingente de pessoas antes servidas por serviços privados, através dos planos de saúde que as empresas ofereciam como benefício aos trabalhadores.

O movimento cultural, por sua vez, não conseguiu manter suficiente articulação que sustentasse politicamente os investimentos em cultura, que foram fortemente prejudicados. Como consequência, houve uma banalização dos critérios discricionários e da "política de balcão", levando a um também gradual loteamento dos investimentos municipais. A política cultural do município, quase ao final da primeira década do século XXI estava reduzida ao mero repasse de recursos, através da política de subvenções, a algumas poucas entidades.

Mesmo a criação de uma instância de governo voltada especificamente para a ação cultural da administração pública - a Secretaria Municipal de Cultura - veio contaminada por este formalismo desacompanhado de ação coletiva. Desmembrada da Secretaria

Municipal de Educação, a Diretoria de Cultura ganhou status de Secretaria, mas não foi reforçado o quadro de servidores, não foram ampliados os recursos para investimento, não se estabeleceram diálogos e não foram definidas metas e estratégias.

Assim, ampliou-se a distância entre a vida cultural efetiva da cidade e a administração pública. Os produtores de cultura, por sua vez, sem um interlocutor institucional forte e, ainda mais importante, sem espaços para a discussão coletiva independente, ficaram desarticulados, centrando ação em projetos individualizados. Se o ímpeto criativo e a qualidade do trabalho e do conhecimento sobreviveram, estas potencialidades ficaram subaproveitadas. Até com frequência, a cidade é surpreendida pela projeção alcançada por artistas locais nas cenas regional e nacional. A própria surpresa, porém, é um indicador preocupante. A cidade é rica, culturalmente, tem um fortíssimo potencial mas, sem reconhecê-lo, não o tem aproveitado plenamente.

b) Gestão Pública da Cultura

A existência de uma Secretaria Municipal com foco exclusivo na Cultura de Novo Hamburgo data apenas de setembro de 2007, pela Lei Municipal nº **1663**. Está sob sua responsabilidade a gestão das ações e dos investimentos do município no desenvolvimento das artes e na proteção, preservação, revitalização e aproveitamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, além da coordenação de eventos de caráter cultural.

Nos termos da lei, "é de competência da SECULT executar a política cultural no Município, em consonância com as diretrizes enunciadas pelos órgãos e entidades pertinentes, sendo o órgão responsável pelos projetos e programas culturais no âmbito municipal, especialmente aqueles relacionados com o fomento e o desenvolvimento cultural; desenvolver projetos voltados à valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural do município; ordenar e incrementar a cultura em geral, promovendo atividades voltadas para o fortalecimento da cultura local; desenvolver projetos voltados à valorização da literatura e da leitura; estimular a realização de eventos e promoções, mantendo intercâmbio e integração junto a órgãos e entidades da área de cultura locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como dar execução, em conformidade com as legislações municipal, estadual e federal aplicáveis, às determinações e diretrizes estabelecidas pelo Prefeito Municipal e tudo o mais inerente aos encargos legais e atribuições pelo mesmo delegadas."

A criação desta Secretaria contou com apoio dos movimentos culturais da cidade, que lotaram a Câmara de Vereadores nos dias em foi votada. Contudo, não foi precedida pela elaboração de uma política municipal para esta área, que pudesse orientar suas ações. Tampouco a existência da SECULT, até 2008, resultou no preenchimento desta lacuna.

O que se pode qualificar no máximo como um arremedo de proposta de política cultural, ainda que não pensada e discutida, se traduziu através do organograma e na estrutura de pessoal e física da Secretaria, que continua a mesma desde sua instituição, embora com algumas alterações pontuais, ditadas por necessidades ou conveniências de momento.

Desmembrada da Secretaria Municipal de Educação, a SECULT herdou dela servidores, estruturas, rotinas e programas de trabalho, além de conceitos e orientações, mas quase nada do seu orçamento. Os exíguos recursos orçamentários da SECULT, além de dirigidos à repetição de ações já instaladas na rotina da cidade, foram ainda paulatinamente amarrados a uma política de subvenções e destinação de verbas de apoio a instituições e eventos tradicionais.

Pela mesma Lei Municipal nº **1663**, foi criado o Conselho Municipal de Cultura, composto por representantes de um número determinado de entidades que, no entendimento do proponente, representariam os produtores e fruidores de cultura do Município. O Município participava apenas com o(a) titular da SECULT e com o Diretor de Cultura.

O desmembramento da antiga Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portanto, resultou, na prática, num encolhimento quase catatônico da ação pública nesta área. O conjunto de servidores públicos lotados na Secretaria, reduzido a duas dezenas de pessoas, ficou engessado num orçamento minúsculo e pré-formatado, tolhendo as possibilidades de exercitar o vigor criativo.

A estrutura física da Secretaria também evoluiu muito lentamente. Até 2010, a SECULT operava com dois computadores apenas: um para as atividades administrativas, outro para a Biblioteca Municipal. Os espaços físicos administrados pela Secretaria se resumiam à Biblioteca Municipal, ao Espaço Cultura Albano Hartz, compartilhado por grupos comunitários vinculados às áreas da

Saúde e do Desenvolvimento Social, o Teatro Municipal Paschoal Carlos Magno e o terceiro andar do prédio do Centro de Cultura Parahim Machado Lustosa, onde se abrigavam as atividades administrativas da pasta, o Arquivo Público Municipal e uma (multiuso), além de uma sala utilizada pela Orquestra de Sopros de Novo Hamburgo. O quarto e o quinto andares do prédio eram utilizados pelo Atelier Livre Municipal, gerido pela Secretaria Municipal de Educação (hoje, ainda ocupando estes espaços, o Atelier assumiu a condição de Escola Municipal de Artes, recebendo o nome do artista plástico hamburguense Carlos Alberto de Oliveira (Carlão).

Finalmente, também podem ser contados dois prédios, vizinhos entre si, no Centro Histórico de Hamburgo Velho, onde estão instalados a Galeria Ernesto Frederico Scheffel e o Museu Comunitário de Novo Hamburgo. Ambos são administrados pela Fundação Ernesto Frederico Scheffel. Seu estado de conservação, embora satisfatório, exige cuidados e investimentos constantes, eventualmente adiados por insuficiência de recursos.

Todos os equipamentos públicos listados encontram-se no Centro da Cidade, com exceção dos dois localizados em Hamburgo Velho. Não havia nenhum equipamento especificamente destinado ao desenvolvimento cultural nos bairros da cidade, muito menos nas áreas periféricas. Parte desta deficiência era suprida por ginásios e áreas esportivas, nem sempre cobertas, das Escolas da Rede Municipal.

A maior parte dos problemas apontados continuam atuais, embora tenham havido alguns avanços, como reforma do Teatro, recuperação funcional e estética do terceiro andar, ampliação dos equipamentos para os servidores, especialmente na disponibilização de computadores. No bairro Canudos (Vila Getúlio Vargas) foi instalada a Casa da Cidadania e Cultura, em prédio com ginásio e palco, mas com gestão terceirizada - e que foi desativada em 2016. O bairro Santo Afonso, na entrada das Vilas Costa Rica e Coobasa, recebeu uma Praça da Juventude, com canchas esportivas, área coberta e salas para atividades diversificadas, entre elas as culturais. No bairro Boa Saúde, está por ser inaugurada uma Praça CEU, junto ao loteamento Novo Hamburgo, também com equipamentos culturais e esportivos. Para a restauração do prédio conhecido como SEMEC II foram obtidos recursos através da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, mas, até o presente momento, falta ser consolidada a parceria com empresa que custeie a obra através dos incentivos fiscais.

A Biblioteca Municipal, no entanto, continua sofrendo com severas infiltrações de água. O mesmo problema persiste no Teatro Municipal. Problema ainda mais candente é a insuficiência de pessoal, dramatizado pela ampliação da estrutura física a ser gerida e vitalizada. Novos servidores vem sendo incorporados à Secult, mas com pequeno acréscimo no número total, uma vez que a maior parte veio a substituir trabalhadores que se aposentaram. Atualmente, a Secretaria soma os esforços de 30 pessoas. Destas, 20 são servidores estatutários. Os demais são três servidores em Cargo de Confiança, três estagiários, quatro profissionais terceirizados que cuidam da limpeza e conservação.

O organograma atual da Secretaria está montado de uma maneira não funcional, em que, além de não conseguir encaixar os servidores nos respectivos postos de trabalho, os fluxos administrativos não estão claros. A Biblioteca Pública Municipal, por exemplo, está vinculada junto à Gerência de Patrimônio, Memória e Literatura. Esta gerência trabalha com dois servidores apenas, cuidando das demandas do Patrimônio Cultural. A bibliotecária assume a função de coordenar a Biblioteca, independente da Gerência.

A principal carência, no entanto, é de uma política cultural consistente, com diagnóstico estruturado, estratégia de desenvolvimento, metas e objetivos. Não se trata apenas da inexistência de uma política cultural, mesmo que imposta. Ao tempo da criação da SECULT, não existia esta política e não existia articulação vinculando a ação da Secretaria da Cultura aos desejos e entendimentos da sociedade ou, minimamente, ao diálogo com os agentes culturais. O tempo do verbo não significa que hoje existam, mas que há a consciência desta lacuna fundamental e, em consequência, movimento e prioridade aos esforços para supri-la.

Os primeiros passos foram dados através da realização das Conferências Municipais de Cultura, em 2011, 2013 e 2015. Na primeira, foram apresentados os princípios norteadores do Sistema Nacional de Cultura e elencados desejos e projetos dos agentes culturais do Município, mas ainda sem sistematização, avaliação de viabilidade e sem hierarquização de prioridades. Na segunda, foi elaborado, discutido e aprovado o texto do projeto de lei do Poder Executivo, posteriormente aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura e criou, com novo formato e metodologia de composição, o Conselho

Municipal de Política Cultural.

Em 2014, foi empossado o novo Conselho Municipal de Política Cultural, composto por 12 integrantes eleitos em Fóruns Temáticos (Artes Plásticas e Audio Visual; Artes Cênicas; Dança; Literatura; Música; Patrimônio Histórico; Produção Cultural; Teatro e, no campo da cultura popular, Capoeira; Carnaval; Hip Hop e Tradicionalismo), 11 integrantes indicados pela Administração Municipal e um integrante eleito pelos servidores públicos concursados lotados na Secretaria Municipal de Cultura. A presidência do Conselho, consoante define o seu estatuto, só pode ser exercida por integrante eleito pela sociedade civil, através de algum de seus Fóruns Temáticos.

Em nível quantitativo e qualitativo, se verificam diferenças acentuadas na participação de cada segmento, tanto nas Conferências, como nos Fóruns e reuniões do Conselho. Pode-se atribuir este desequilíbrio ao grau diferente de organização em cada segmento. Por sua vez, a participação pequena, como um todo, reflete, além do longo período sem participação efetiva dos agentes culturais nos debates e definições sobre os rumos da ação pública na Cultura, também à modéstia dos recursos sobre os quais foi possível, de fato, influir.

Mesmo assim, o Conselho vem se reunindo já por mais de ano e meio e tem sido capaz de promover a evolução do debate crítico sobre os rumos da Cultura. O passo mais importante - ademais da própria redação do presente Plano - foi deliberar sobre a adoção de Editais Públicos para orientar investimentos públicos, em 2015. Embora o montante de recursos disponibilizados tenha sido extremamente modesto - R\$ 150 mil - a procura por parte dos agentes culturais foi ainda mais tímida, viabilizando o aproveitamento de um montante de apenas R\$ 58 mil. Apesar dos números tíbios, a experiência serviu para indicar deficiências de conhecimento da Administração Municipal para lidar com este novo formato. Com o pagamento aos projetos selecionados, é lícito supor um ganho em credibilidade e atenção a esta forma de destinação de recursos públicos.

c) Instrumentos Legais

Compilado de Leis que integram as demandas das SECULT:

Lei nº 67 de 09 de dezembro de 1946 - Cria a Biblioteca Municipal Machado de Assis

Lei nº 66 de 01 de julho de 1950 - Autoriza o Prefeito Municipal a receber em doação um imóvel (SEMEC II)

Lei nº 34 de 24 de setembro de 1975 - Cria a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC

Lei nº 39 de 04 de outubro de 1979 - Dá denominação ao Centro Municipal de Cultura do Município de Novo Hamburgo "Dr. Parahim Lustosa"

Lei nº 25 de 04 de junho de 1981 - Denomina "Teatro Paschoal Carlo Magno" o auditório principal do Centro Municipal de Cultura.

Lei nº 7 de 07 de janeiro de 1992 - Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural do Município de Novo Hamburgo, disciplina a integração de bens móveis e imóveis, cria incentivos ao tombamento

Lei nº 9 de 25 de março de 1997 - Cria a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULT

Lei nº 72 de 04 de agosto de 1997 - Institui o calendário de eventos culturais e turísticos do Município

Lei nº 134 de 29 de outubro de 1997 - Cria Fundo Municipal Pró-Cultura - FUNCULTURA

Lei nº 388 de 03 de agosto de 2000 - Cria o Arquivo Público do Vale do Rio dos Sinos, com sede em Novo Hamburgo.

Lei nº 1102 de 14 de junho de 2004 - Cria a Pinacoteca Municipal de Novo Hamburgo no Espaço Cultural Albano Hartz

Lei nº 1162 de 27 de agosto de 2004 - Estabelece a Política Municipal do

LIVRO

Lei nº 1663 de 26 de setembro de 2007 - Cria a Secretaria Municipal de Cultura - SECULT

Decreto nº 3246 de 26 de março de 2008 - Dispõe sobre o Tombamento da "Orquestra de Sopros de Novo Hamburgo"

Lei nº 2400 de 30 de dezembro de 2011 - Organograma da Prefeitura de Novo Hamburgo (no caso, o atual organograma da SECULT)

Lei nº 2585 de 02 de agosto de 2013 - Dispõe sobre o Tombamento do Canto Coral e dá outras providências;

Lei nº 2667 de 20 de dezembro de 2013 - Cria o Sistema Municipal de Cultura

Lei nº 2834 de 12 de agosto de 2015 - Dispõe sobre o Centro de Artes e Esportes Unificado de Novo Hamburgo, a criação, composição, atribuições do Grupo Gestor do CEU.

d) Fontes de Financiamento

Atualmente, a Secretaria Municipal de Cultura de Novo Hamburgo tem como único financiador a própria Prefeitura. A média de investimento público gira em torno de 1% do orçamento municipal. De 2009 para a atualidade, houve incrementos a partir de projetos encaminhados junto ao Ministério da Cultura, que viabilizaram obras favorecendo a descentralização das atividades culturais.

Novo Hamburgo possui o Fundo Municipal de Cultura, alimentado pelo orçamento da Prefeitura e por taxas de ocupação e percentual das bilheterias do uso do Teatro Municipal e outros equipamentos culturais do Município.

Apenas no ano de 2015 foram realizados os primeiros dois editais de fomento do FUNCULTURA (de incentivo a projetos artístico-culturais e de ocupação do Teatro Paschoal Carlos Magno), com dificuldades em suas execuções.

É necessário gerar novas fontes de financiamento para a Cultura da cidade, de maneira a viabilizar novos empreendimentos culturais.

e) Calendário Cultural

Novo Hamburgo possui um calendário cultural oficialmente instituído, através da lei municipal 72/1997, que instituiu o calendário de eventos culturais e artísticos do município. No entanto, tal calendário necessita ser revisto - tendo em vista que nele consta um excessivo número de eventos, muitos deles de interesse bastante restrito - a fim de que retome o seu real e efetivo significado.

f) Mapa Cultural

Não existe mapa cultural com marco institucional. Está sendo desenvolvido como proposta ao Conselho Municipal de Política Cultural para integrar o presente Plano Municipal da Cultura.

2. ONDE QUEREMOS CHEGAR? E COMO FAREMOS?

A partir do diagnóstico da situação atual, apresentam-se as seguintes perguntas: o que mudar e desenvolver na cultura de Novo Hamburgo? E como superar os desafios existentes e aproveitar oportunidades?

A Lei do Sistema Municipal de Cultura (Lei 2667/2013) adota a proposta do Sistema Nacional de Cultura, instituindo três dimensões para a ação pública nesta área: a dimensão Simbólica, a dimensão Cidadã e a dimensão Econômica. Cabe ao Poder Público

Municipal garantir que essas três dimensões sejam trabalhadas e articuladas para que os munícipes possam ter seus direitos culturais garantidos. Os direitos culturais, por sua vez, são reconhecidos como direitos humanos, constituindo uma plataforma de princípios que conferem sustentação filosófica às políticas culturais.

A Dimensão Simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local. A ação cultural do Poder Público Municipal deve respeitar e reconhecer as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas.

Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

Quanto à Dimensão Cidadã, o papel do Poder Público é assegurar o pleno exercício dos direitos culturais, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição, da livre circulação de valores culturais. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural material e imaterial do município, de promoção e proteção das culturas populares e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e a valorização da cultura de todos os grupos sociais, étnicos e de gênero.

O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, sofrimento psíquico, e pessoas idosas, que devem ter garantidas condições de fruição e acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

Quanto à Dimensão Econômica, cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como: um sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo; um elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e como um conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Novo Hamburgo deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos. O Poder Público deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras.

Resumindo, para os próximos dez anos almeja-se que Novo Hamburgo consiga enraizar na vida cultural essas três dimensões, incorporando o reconhecimento da vida econômica que a cultura proporciona. Um dos grandes desafios emergenciais para o reconhecimento e crescimento da economia da Cultura é a produção de estatísticas, informações e tecnologias que permitam aos gestores culturais enxergar, demonstrar e acompanhar a evolução do impacto da Cultura na economia como um todo, incluindo o

resultado dos recursos públicos e privados que já são aplicados. Esse reconhecimento é base para que Novo Hamburgo esteja de fato alinhada com as necessidades da sociedade para o Século XXI.

2.1 - Patrimônio Cultural

O Patrimônio Cultural é ponto nevrálgico para o desenvolvimento cultural de qualquer sociedade. Para a sociedade hamburguesa, isto é verdadeiro de uma forma muito particular, dado o reconhecimento institucional de sua importância a nível nacional e estadual. O Centro Histórico de Hamburgo Velho é tombado como patrimônio histórico nacional, junto com a parte do acervo do artista internacional Ernesto Frederico Scheffel, doada à fundação que leva seu nome. Contíguo ao Centro Histórico, o caminho que liga Hamburgo Velho a Novo Hamburgo, com o nome de Corredor Cultural, é tombado como patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul.

O duplo reconhecimento deve ser compreendido, por um lado, como responsabilidade, exigindo iniciativas e investimentos do município. Por outro, deve ser reconhecido como oportunidade que oferece estimulantes perspectivas de desenvolvimento para as várias potencialidades culturais da cidade e da sua gente. Demanda, assim, uma política pública que vise o melhor aproveitamento de suas potencialidades e a preservação do que é institucionalmente reconhecido como memória do povo gaúcho e da nação brasileira.

No entanto, embora desde os anos 70 tenham se articulado consistentes movimentos comunitários pela preservação do patrimônio edificado, apenas na última década a questão patrimonial ganhou mais fôlego. A legislação municipal existente sobre o tema, datada de 1991 e focada apenas no patrimônio edificado, precisa de atualização, incorporando conceitos novos, conferindo maior poder de fiscalização ao Município e estabelecendo penas proporcionais aos causadores de danos. Além disso, é necessário cultivar também o Patrimônio Imaterial da cidade, que dá sentido histórico às edificações existentes. Nessa questão, já foi encaminhado junto à Câmara Municipal o Projeto de Lei que atualizará a legislação a respeito do tema.

Quanto ao Patrimônio Imaterial, é necessária a realização de um inventário que contemple os quatro eixos propostos pela legislação federal: Ofícios e Saberes; Celebrações; Formas de Expressão; e Lugares de Encontro. Ao mesmo tempo, é necessário ampliar a atenção às duas manifestações já reconhecidas como patrimônio imaterial do Município - a Orquestra de Sopros e o Canto Coral -, fortalecendo o entendimento sobre as razões para este reconhecimento e contribuindo para conferir-lhes sustentabilidade e desenvolvimento.

Quanto ao Patrimônio Edificado e Paisagístico, além da atualização da legislação, é preciso estimular a ocupação dos prédios preservados, garantindo o uso das edificações de maneira que possam gerar renda aos proprietários. Quanto ao âmbito paisagístico, da mesma maneira é preciso realizar estudos de maior relevância, visto que a dinâmica social já modificou drasticamente a paisagem natural.

Cabe ressaltar ainda que, é preciso realizar um inventário de âmbito paleontológico na cidade, mais precisamente no entorno da BR 116, visto que há indícios de Tocas de Tatus Gigantes, e um estudo em parceria com alguma universidade é preciso para que estes sítios sejam preservados e possam ser objetos de estudos também.

2.2 - Equipamentos Culturais -

É necessário um plano específico que sistematize a gestão dos equipamentos culturais do município, tanto do ponto de vista de sua conservação como de seu melhor aproveitamento. Atualmente, temos um número significativo de prédios e imóveis que poderiam ser utilizados para diferentes atividades culturais mas estão em estado de abandono ou semi-abandono. Há espaços entregues à gestão de entidades de direito privado, através de diferentes tipos de contrato, outros cedidos. Ao mesmo tempo, o Município aluga espaços para abrigar diferentes atividades, inclusive de cunho cultural, e sente carência para a realização de eventos e desenvolvimento de ações em algumas áreas da cidade.

Este descompasso se deve a fatores múltiplos, que passam pela distribuição geográfica dos imóveis, pelas facilidades de acesso, pelos custos de recuperação e manutenção, pela adequação ou inadequação dos contratos, entre outros fatores. O plano de

sistematização, portanto, deve considerar e comparar informações múltiplas, levantando imóveis existentes e necessidades regionalizadas, para uma avaliação participativa que estabeleça prioridades, identifique fontes de recursos e formas possíveis de utilização.

2.3 - Calendário Cultural

A legislação municipal a respeito das datas festivas e importantes para a cidade está defasada, indicando a celebração de datas que não possuem maior relevância para a vida cultural da cidade. Entendemos necessário rever essa legislação, atualizando assim o calendário oficial de Novo Hamburgo e tornando-o um instrumento efetivamente potencializador da vida cultural do Município. Nessa atualização, deverá ser considerada a inclusão de outras atividades que já ocorrem na comunidade hamburguesa, mas que ainda não contam com reconhecimento institucional. Essa atualização visa dar maior organicidade e visibilidade para os festejos mais importantes da cidade, tornando o Calendário Cultural de Novo Hamburgo uma referência para roteiros estaduais, nacionais e internacionais.

2.4 - Mapa Cultural

Dada a gama variada e multifacetada de manifestações culturais que Novo Hamburgo possui, é necessário desenvolver um Mapa Cultural da cidade, que permita visualizar com a máxima clareza possível quais os locais, entidades, empresas, grupos, coletivos, associações, expressões, artistas, produtores, agentes culturais e públicos que compõem a vida cultural hamburguesa e de que equipamento dispõem.

Trata-se de trabalho de fôlego, um verdadeiro inventário cultural, que a equipe de servidores da SECULT, em razão da urgente necessidade de reforços e ampliação, não tem como acrescentar às suas tarefas.

O mapeamento deve ser necessariamente realizado de forma participativa, tanto no levantamento de questões como no fornecimento de informações. É essencial o acompanhamento público inequívoco, oportunizando a manifestação de segmentos sociais cuja produção cultural, mesmo relevante e qualificada, possa ser invisível para aos gestores e servidores públicos, cuja atenção sempre é disputada e requisitada por setores que já encontraram espaços e canais de diálogo com a Secretaria e com o Sistema Municipal de Cultura.

Entendemos, portanto, que há premente necessidade de um desenvolvimento do Mapa Cultural de Novo Hamburgo com cientificidade, a ser confiado ao conhecimento e à metodologia acadêmicas, de modo a garantir-lhe eficácia, visão ampla, articulação e publicização adequadas.

2.5 - Lei Municipal da Cultura Viva

Uma das premissas que o Plano Nacional de Cultura inclui de maneira contundente é o incentivo às novas configurações culturais que se desenvolvem no país a partir da Política Nacional da Cultura Viva, onde se reconhecem os Pontos e Pontões de Cultura como espaços de desenvolvimento sociocultural nas comunidades. O reconhecimento desses grupos e coletivos visa promover a produção e difusão cultural e o acesso aos direitos culturais em Novo Hamburgo. Como é estabelecido na Lei Nacional, as formas de incentivo públicos junto a esses coletivos são propostas de maneira a diminuir a burocracia e facilitar a prestação de contas por parte desses grupos, ajudando os mesmos a se desenvolverem de forma mais robusta.

Atualmente já existem diversos coletivos culturais em Novo Hamburgo, porém não há instrumentos legais de fomento a essas iniciativas. É necessário, portanto, instituir a Lei Municipal da Cultura Viva. Assim, será possível que, além de fomentar esses grupos e coletivos, a Secretaria de Cultura consiga organizar a Rede Municipal de Pontos de Cultura, integrando assim a Rede Nacional de Cultura, angariando recursos e fomentando intercâmbio entre os diversos grupos atuantes no país.

2.6 - Gestão Pública da Cultura

Foi dado um passo determinante e significativo na evolução da política cultural de Novo Hamburgo a partir da II Conferência

Municipal da Cultura, realizada em 2013. Esta, em plenária da qual participou um grande número de agentes culturais, aprovou a proposta de implantação do Sistema Municipal de Cultura, neste mesmo ano, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada como Lei Municipal pelo Prefeito Municipal, também neste mesmo ano. A proposta prevê a plena integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura, adotando seus princípios básicos, aprofundando permanentemente a gestão democrática, ampliando e qualificando os investimentos diretos do município e acessando recursos federais e estaduais para a ação pública na cultura.

Já em 2014, foi constituído o Conselho Municipal de Política Cultural, com os representantes da Sociedade Civil eleitos em fóruns específicos, amplamente divulgados e democraticamente realizados. O Conselho elegeu sua direção, criou seu regulamento e realizou reuniões mensais, ampliando o debate e a ação cultural em Novo Hamburgo.

A gestão pública da cultura passa por uma transformação gradual no que diz respeito à distribuição de recursos. A prática das subvenções tende a ser diminuída em favor de uma maior capilarização na distribuição de recursos, através de editais de fomento à produção. No entanto, tal modificação necessita ser gradual e lenta. O rompimento abrupto e radical com a prática tradicional, teria (e ainda pode ter) o efeito de inviabilizar atividades e organizações que dependiam/dependem delas quase exclusivamente. Há uma transição a ser completada, que dará um passo importante em sua evolução a partir de 2017, quando todas as subvenções pagas pela Municipalidade serão antecedidas pela publicação de Editais Públicos que permitirão a um número maior de interessados apresentar projetos capazes de atingir os objetivos propostos pela Administração.

Finalmente, também é ponto de importância basilar qualificar o diálogo entre a Secretaria de Cultura e os demais setores da Administração Pública Municipal, buscando evoluir na compreensão ampla da importância da Cultura, tanto como responsabilidade pública, quanto em suas potencialidades para apoiar o desenvolvimento em outras áreas de ação. A Secretaria de Cultura não deve se resumir à condição de mera realizadora de eventos, ou mesmo ser uma espécie de produtora cultural pública. A SECULT deve estimular e criar o ambiente necessário para que a cidade acompanhe e, se possível, assuma posição de liderança na transformação em curso na sociedade contemporânea, em que o desenvolvimento cultural é essencial para todas as áreas de ação humana.

É necessário ampliar o qualificar o quadro de recursos humanos da Secretaria Municipal de Cultura, visto que atualmente possuímos uma média de 1 funcionário para cada 8.000 habitantes, em tremenda desvantagem frente a outros municípios, de semelhante porte e importância no Rio Grande do Sul, que chegam à razão de 1 funcionário para cada 2.500 habitantes, a exemplo de Caxias do Sul.

Da mesma forma, é necessário ampliar a participação da Cultura no Orçamento do Município. É inviável desenvolver uma lógica de maior participação e fomento de agentes culturais em Novo Hamburgo, sem investimentos mais robustos no segmento.

Visto que Novo Hamburgo já possui sua legislação cultural atualizada através da Lei do Sistema Municipal de Cultura, é preciso que a mesma possa ser operacionalizada. Há vários entraves a serem vencidos. Faltam recursos humanos, estrutura e competência técnicas para desenvolver subsistemas previstos, como o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC; o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC; o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC; o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural - SMPC; o Sistema Municipal de Museus - SMM, o Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLL; o Sistema Municipal de Arquivos - Centro Integrado de Informações - CII; a Política Municipal da Cultura Viva, entre outros que podem e devem vir a ser constituídos.

Nessa perspectiva, é necessário que o Município crie cargos de Técnicos de Cultura para iniciar um processo de formação qualificada de seu corpo de funcionários, assim como abra possibilidade de novos agentes atuarem no Município, seja em parceria com as Universidades e Faculdades, seja com os próprios agentes culturais já atuantes em Novo Hamburgo, de modo a criar uma rede mais interativa entre o Poder Público Local e a comunidade cultural hamburguesa.

Finalmente, a evolução da Gestão Pública Municipal, exige estudo profundo para desenvolver um novo organograma da SECULT, com a criação de fluxos burocráticos eficientes e simplificados, tendo consonância com o próprio Sistema Municipal de Cultura. A tendência para os próximos dez anos é de ampliação da importância do segmento cultural para a cidade, e o Poder Público precisa estar atualizado para participar e fomentar esse novo momento.

2.6.1 - Sugestão de Organograma para a Secult

A - Secretário de Cultura

B - Chefe de Gabinete

C - Diretoria Administrativa

C.1 - Gerências de Espaços (Teatro, CEU, Biblioteca, Arquivo Público, Sala Albano Hartz etc)

Justificativa: Ao criar a Diretoria Administrativa e as Gerências dos Espaços, o fluxo das necessidades burocráticas se torna mais ágil e célere, pois se organizam os pedidos, e reconhecem o papel dos administradores de cada espaço cultural. Cada gerente fica responsável, além dos fluxos administrativos dos espaços, por desenvolver as ações culturais de cada localidade, conforme o conhecimento da área específica.

D - Diretoria de Patrimônio Cultural

D.1 - Gerência de Patrimônio Material

D.2 - Gerência de Patrimônio Imaterial

Justificativa: A área de Patrimônio Cultural terá papel de destaque no próximo período, visto que além dos tombamentos Federal e Estadual de Novo Hamburgo (que por si já geram uma carga de trabalho muito acima do atual), surge a necessidade de desenvolver políticas públicas específicas na área, como Educação Patrimonial, realização de inventários, análises de restauração, reconhecimento de práticas sociais e seus devidos incentivos, entre outras ações. Para preencher as gerências, é necessário que os servidores tenham formação de nível superior correlata.

E - Diretoria de Fomento e Ações Culturais

E.1 - Gerência de Ações Culturais

E.2 - Gerência de Fomento

E.3 - Gerência do Sistema Municipal de Cultura

Justificativa: Tradicionalmente a Secretaria de Cultura é vista como o "setor de eventos" da Prefeitura. Além de ser simplista, trata-se de visão equivocada, pois a Cultura abrange muito mais que isso. Mesmo assim, não se pode desconsiderar as ações culturais tem grande relevância numa Secretaria de Cultura. Para isso, a necessidade de criar-se uma Diretoria específica para esse fim, que centralize a organicidade das ações.

A Gerência de Ações Culturais será a responsável pelos eventos em si, em elaborar e organizar as ações propostas pela SECULT, desde as atividades fixadas no Calendário Oficial de Novo Hamburgo, às outras que possam a ser desenvolvidas durante o ano. Ela estabelecerá as diretrizes e necessidades para a realização dessas atividades.

A Gerência de Fomento terá por responsabilidade a elaboração de Projetos para a captação de recursos, a elaboração de editais do FUNCULTURA, a elaboração de políticas públicas para profissionalização do setor cultural, entre outras ações que visem fortalecer a Cultura em Novo Hamburgo.

A Gerência do Sistema Municipal de Cultura será responsável pelo acompanhamento das ações que fortaleçam o Sistema. Na condição de ouvinte, poderá acompanhar as reuniões do Conselho Municipal de Políticas Culturais. Ademais, atualizará e garantirá a execução do Plano Municipal de Cultura, atualizará o cadastro do município junto ao Ministério da Cultura e à Secretaria Estadual de Cultura, elaborará os indicadores municipais, entre outras ações que garantam que o Sistema Municipal de Cultura esteja em pleno funcionamento.

2.7 - Instrumentos Legais

A Lei do Sistema Municipal de Cultura já pode ser considerada o principal marco regulatório da Cultura hamburguense. Entretanto, é preciso atualizar antigas legislações formuladas de maneira fragmentada, para que assim possam atuar de maneira mais coordenada com o SMC.

Entre as legislações que necessitam ser reformuladas, a mais nevrálgica é a que dá regramento ao Patrimônio Cultural, dada a urgência no aproveitamento das oportunidades oferecidas e os elevados valores em jogo, tanto em investimentos para restauro, requalificação e conservação, como em sua relação inevitável, por um lado, com o setor imobiliário e, por outro, com o planejamento urbano e o acesso a bens e direitos culturais.

Também deve passar por esse processo a atualização da lei do Fundo Municipal de Cultura, havendo a necessidade de articular com mais clareza a forma de decisão sobre o uso de seus recursos, a gestão e os processos, especialmente na instituição de editais de fomento aos agentes culturais locais.

O próprio Calendário Oficial do município precisa ser repensado, para refletir de forma mais realista a importância dos eventos e para promovê-los com mais eficácia.

No que tange novas legislações, é necessário desenvolver a Política Municipal da Cultura Viva, de forma que se possa ampliar a geração de Pontos e Pontões de Cultura em Novo Hamburgo.

Da mesma forma, as ações e o regramento referentes à Economia da Cultura precisam ser discutidas, consensadas e institucionalizadas, com legislação específica.

Por fim, é preciso dotar de regramentos próprios os subsistemas previstos no Sistema Municipal de Cultura.

2.8 - Fontes de Financiamento

Uma das grandes deficiências da Política Cultural e da Gestão existentes para a área da Cultura do Município vincula-se ao seu financiamento. Além do aumento da participação no orçamento municipal e da ampliação de recursos para o FUNCULTURA, é preciso incrementar novas formas de gerar renda para o segmento cultural hamburguense.

Uma proposta que vem sendo debatida no Conselho Municipal de Política Cultural sugere desenvolver uma Lei de Incentivo à Cultura de âmbito municipal, permitindo, por exemplo, que uma parcela do ISS e do IPTU arrecadado seja revertida para os projetos culturais de iniciativa não pública, projetando um percentual de investimento complementar para o FUNCULTURA e aumentando assim seu potencial de investimento.

Atualmente está sendo formulado pelo Governo Federal a perspectiva de transferência Fundo a Fundo, com repasse de recursos diretos para o Fundo Municipal.

2.9 - Economia da Cultura

Novo Hamburgo tem posição privilegiada no aspecto desenvolvido no presente item. Isto porque a Universidade FEEVALE, sediada no Município, definiu a Economia da Cultura como um de seus principais vértices acadêmicos.

A cidade, certamente, tem muito a se beneficiar com referida decisão da Universidade.

A importância da Economia da Cultura não é nova, mas é no momento atual que a economia tem embasado e justificado mudanças estratégicas e políticas que são destacadas da observação da dinâmica social. Entende-se por Economia da Cultura a geração de valor oriundo dos setores culturais, tais como Artes, Dança, Literatura, Teatro, Música e outras. À medida em que os

setores culturais complexificam sua prática e produção, estende-se o conceito para Economia Criativa.

No fim dos anos 1990, o Departamento de Cultura, Mídia e Esportes (DCMS) do Reino Unido lançou um mapeamento da Indústria Criativa, cunhando, assim, um novo conceito, demonstrando que determinadas empresas podem ir além de seu papel cultural e, de maneiras mercadológicas, gerar valores consideráveis.

O termo, de forma sucinta, refere-se a uma indústria onde o trabalho criativo é preponderante e onde o resultado alcançado é a propriedade intelectual. Uma das pioneiras da indústria criativa no Brasil, Lala Deheinzelin, define-a como uma economia baseada em recursos intangíveis, já que sua principal matéria-prima é a ideia. Para a autora, nunca se chegará, inclusive, a uma real e completa definição da área. Contudo, não possuir um conceito definitivo e absoluto pode, de alguma forma, ser benéfico, pois, neste caso, cada local irá adequar-se à significação que mais lhe convém.

Embora os conceitos tenham inúmeras redações, há um elemento central em destaque: a criatividade. É através dela que novos negócios surgem e a economia pode avançar em sentidos exponenciais.

O fato é que, embora sua prática já exista há algum tempo, o debate em torno da Indústria Criativa é, relativamente, recente. Sendo assim, não cabe - pelo menos nesses primeiros momentos - uma discussão acirrada buscando consolidar um modelo definitivo; basta, apenas, deixar que o tempo se encarregue de estabelecer uma definição mais concreta.

Para entendermos Novo Hamburgo e seu potencial para Economia da Cultura, podemos observar as informações referentes à quantidade de criativos presentes em cada um dos segmentos que compõem a Indústria Criativa em Novo Hamburgo/RS. Para isso, utilizou-se, como base, um estudo realizado pela FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

Tabela - Segmentos e o número de criativos em Novo Hamburgo/RS

Segmentos	Números
Arquitetura & Engenharia	95
Audiovisual	116
Artes cênicas	9
Biotecnologia	36
Design	403
Editorial	225
Expressões Culturais	32
Moda	394
Música	16
Patrimônio e Artes	29
Pesquisa e Desenvolvimento	125
Publicidade	213
TIC	362
Total	2055

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em FIRJAN (2013)

Os dados acima demonstram a formalidade dos produtores de bens culturais ligados a empresas de Novo Hamburgo. No entanto, em um exercício lógico, é fácil perceber que esses números são maiores na cidade, isso porque os setores culturais e criativos possuem o hábito da informalidade, sendo este fato já uma possibilidade de política de reversão. A Economia da Cultura é transformadora em termos de Cidadania, porém necessita de suporte para desenvolvimento.

Não existe nenhum setor econômico sem que haja uma capacitação de produtores, de agentes responsáveis pela interlocução dos

produtos culturais com seus públicos e investidores. Sendo assim, é importante para a Cidade de Novo Hamburgo incluir em seu planejamento um olhar voltado para o incentivo e desenvolvimento de Produtores Culturais que possibilite o crescimento dos setores criativos e culturais da Cidade - o que, reitera-se, pode ser facilitado em face da decisão da FEEVALE de estabelecer a Economia da Cultura como um de seus principais pólos de atuação.

2.10 - Diretrizes e Prioridades

Dados os diversos desafios que a cultura hamburguense precisa vencer para se desenvolver de maneira mais intensa, ficam elencadas as seguintes questões:

a) Fomentar no município os conceitos de Economia da Cultura e Cidade Criativa, de forma a valorizar os agentes culturais locais;

b) Fortalecer a Secretaria Municipal de Cultura, ampliando seu quadro técnico-administrativo, bem como sua participação no Orçamento Municipal, que atualmente é de 01% (um por cento), para 1,5% (um e meio por cento) no prazo de cinco anos e 2,5 (dois e meio por cento) no prazo de dez anos.

c) Desenvolver os Subsistemas previstos no Sistema Municipal de Cultura (Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, Sistema Municipal de Museus, Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura, Sistema Municipal de Arquivos - Centro Integrado de Informações, Programa Municipal de Formação na Área da Cultura, Política Municipal da Cultura Viva, entre outros que possam a ser constituídos).

d) Ampliar as formas de proteção do Patrimônio Cultural, Material e Imaterial.

e) Estimular a formação e desenvolvimento de Pontos e Pontões de Cultura, descentralizando e democratizando a produção e a fruição cultural.

f) Buscar equilíbrio entre esforços de desenvolvimento dirigidos às três dimensões da Cultura (Cidadã, Simbólica e Econômica), ficando registradas, de momento, as seguintes questões e diretrizes:

DIMENSÃO CIDADÃ

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Legitimação do Conselho Municipal de Política Cultural através de processos de real e crescente representatividade;

Restauração e utilização popular da Semec II (prazo previsto: 2 anos);

Ocupação democrática e melhoria na acessibilidade do Teatro Municipal (prazo previsto: 2 anos);

Ações por Editais (prazo previsto: 1 ano);

Definição democrática das prioridades estratégicas no desenvolvimento de raízes culturais e linguagens.

Avaliação e atualização do Plano Municipal de Cultura, a cada cinco anos.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Atualizar estrutura de pessoal da Secretaria Municipal de Cultura;

Potencializar estrutura de pessoal da Secretaria Municipal de Cultura;

Trabalhar conjuntamente com as Coordenadorias de Políticas Públicas com projetos culturais - Igualdade Racial, Pessoas com Deficiência, Idosos, Mulheres, Terceiro Setor;

Multiplicar ações de transversalidade - valorizar, em cada Secretaria da Administração Municipal, o uso de recursos culturais em consonância com a política cultural do município.

REGIONALIZAÇÃO/DESCENTRALIZAÇÃO

Elaboração do Mapa das Regiões Culturais do Município (prazo previsto: 2 anos);

Projetar Construção e Potencialização de Centros Públicos de Ação Cultural Popular, com atividades cotidianas (tais como curso e oficinas, além da realização de eventos variados) nos bairros Boa Saúde, Canudos, Centro, Hamburgo Velho, Lomba Grande, Diehl e Santo Afonso;

Elaboração de diagnóstico das potencialidades, vontades e gostos culturais de Novo Hamburgo (prazo previsto: 2 anos)

DIMENSÃO SIMBÓLICA

Fortalecimento das linguagens culturais, tais como Música, Teatro, Dança, Circo, Artes Plásticas, Áudio-visual, Literatura, Manifestações de Cultura Popular, Novas Tecnologias e outras.

PATRIMÔNIO E RAÍZES CULTURAIS

Estimular música de sopro e canto coral como estratégias de desenvolvimento musical diferenciado de Novo Hamburgo;

Dança como elemento estratégico/Dança - estímulo ao masculino;

Restaurar e preservar 100 por cento dos prédios e entornos do Centro Histórico de Hamburgo Velho (IPHAN) (prazo previsto: 10 anos);

Restaurar e preservar 60 por cento do Corredor Cultural (prazo previsto: 10 anos);

Implantar e desenvolver o conceito de Patrimônio Imaterial e iniciar processo de identificação (prazo previsto: 2 anos);

Escrever a História da Cultura de Novo Hamburgo (prazo previsto: 5 anos);

Inventário e gestão do acervo de artes plásticas da Municipalidade, com programas de acesso ao mesmo (prazo previsto: 2 anos) ;

Elaborar Calendário Cultural com participação ativa dos agentes culturais, na determinação de eventos e seus graus de prioridade (prazo previsto: 1 ano);

Criação do Museu de Arte do Vale do Sinos; (prazo previsto: 10 anos);

Construção de um Centro de Cultura que contemple:

a) um teatro com capacidade de público de 1.000 a 1.500 pessoas, com estrutura física e técnica que atendam às necessidades específicas da Dança, do Teatro, da Música e do Circo, e que possa receber maiores produções;

b) salas de ensaios de grupos ou artistas independentes;

c) salas para oficinas e palestras;

d) galeria de arte, cinema e biblioteca. (prazo previsto: 10 anos)

Qualificação técnica permanente dos equipamentos culturais.

DIMENSÃO ECONÔMICA

Criar incubadora de Economia Criativa (prazo previsto: 10 anos);

Criar Plano de Formação e Profissionalização na área da cultura (prazo previsto: 5 anos);

Implementação de programa de qualificação técnica dos equipamentos culturais públicos e privados existentes e sediados no Município (prazo previsto: 2 anos);

Instituição de programas de incentivo à produção e circulação de bens e produtos culturais (prazo previsto: 2 anos);

Desapropriação e ocupação de prédios desocupados e que sejam de interesse cultural;

Qualificação técnica do Teatro Municipal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Plano Municipal de Cultura de Novo Hamburgo é o primeiro esboço sobre como queremos, no horizonte dos próximos 10 anos, desenvolver o potencial cultural que a cidade possui. Certamente, está aquém da necessidade, mas é também um passo relevante para o estabelecimento de uma política cultural fundada em dados objetivos e num processo participativo, que lhe confere legitimidade e adequação às potencialidades e aos desafios do município.

Já foi dito que ter planos pode ser a mesma coisa que nada, mas planejar é indispensável. Isto significa que o planejamento nunca pode ser estático. Deve ser dinâmico, como é a vida real. Metas e objetivos existem nem tanto para serem cumpridos, mas para

orientar, permitindo dimensionar os resultados da ação. Assim, o acompanhamento constante do trabalho e sua orientação a partir de necessidades estabelecidas deve ser acompanhado também de uma atenção permanente às novas situações criadas pela dinâmica dos fatos, oportunidades que surgem, dificuldades imprevistas e até alterações de paradigmas e correlações políticas, sociais e econômicas.

Temos norte, a partir deste trabalho inicial. A caminhada, no entanto, nos exigirá pausas regulares para verificar e comemorar progressos, encarar insucessos, consolidar ou aperfeiçoar visões, metas e objetivos e, sobretudo, renovar forças e esperanças.

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 19/10/2016